

REFORMA EDUCACIONAL E ACORDOS MULTILATERAIS NA DÉCADA DE 70: repercussões no Centro Interescolar de 2º Grau “Dr. João Bacelar Portela”

Nadjelena de Araújo Souza

O Brasil presenciou na década de 1970 a aprovação da Lei nº 5.692/71 que fixou as diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus. A lei aprovada no contexto da Ditadura Militar, no auge da repressão à sociedade civil, pode ser considerada um instrumento, dentre vários, utilizados pelo governo civil-militar para garantir o consenso e a legitimação social, haja vista o êxito presenciado na política econômica. Na década de 1970 o MEC solicitou ajuda dos organismos internacionais para auxiliar na implantação da reforma educacional do qual resultou o Acordo 1.067-BR cujos objetivos se direcionavam para expansão e melhoria da qualidade do ensino, para a correção das desigualdades em oportunidades educacionais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil e para a redução das deficiências de técnico de nível médio e de mão de obra qualificada. Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é de analisar o acordo internacional pactuado entre o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Ministério da Educação (MEC) e as Secretarias de Educação para a efetivação da reforma educacional nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, assim como de analisar a materialização do acordo 1.067-BR no tocante às escolas de 2º grau implantadas no estado do Maranhão sobretudo, na construção, no funcionamento e no projeto educativo forjado para o Centro Interescolar de 2º Grau “Dr. João Bacelar Portela” (CIEJBP) localizado na cidade de São Luís. Utilizar-se-á como metodologia a análise dos documentos institucionais produzidos no âmbito do MEC e do BIRD e depoimento oral de sujeitos que participaram da implantação do acordo MEC-BIRD no estado do Maranhão, tais como o gerente regional, a orientadora educacional, os primeiros diretores e professores do CIEJBP. As fontes privilegiadas neste trabalho serão o contrato de acordo MEC-BIRD, o relatório final do acordo, relatório de desenvolvimento, mensagem de governadores do estado do Maranhão à Assembleia Legislativa, jornais e fontes orais. Utilizar-se-á como fundamentação teórica os estudos de Marília Fonsêca (1993; 2000; 2003) sobre as políticas educacionais e o Banco Mundial; Michel de Certeau (2009) acerca das estratégias e táticas e os estudos de Justino Magalhães (2004) sobre as instituições escolares. Embora tenha sido o objetivo do MEC e do BIRD de construir escolas para fins de minimização da pobreza e da formação de mão de obra para o mercado que se expandia com a política de crescimento promovida pelo regime militar, os sujeitos envolvidos no cotidiano das escolas construídas subverteram a ordem impostas e construíram um novo projeto educativo para as escolas, com destaque para o CIEJBP.

Palavras-chaves: política educacional, reforma educacional, ensino profissional.